

A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE ALUNOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ/OEIRAS (2011-2023)

Discente: Lidy Francy Martins de Meneses¹

Orientador: Leandro Nascimento de Sousa²

Resumo: O estudo analisa as trajetórias e experiências de estudantes quilombolas egressos(as) do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Possidônio Queiroz, em Oeiras-PI (2011-2023). O estudo tem como objetivo geral analisar as experiências e dificuldades vividas pelos estudantes quilombolas egressos(as) do curso de História. A partir disso, os objetivos específicos centraram-se em: a) Explorar as percepções dos alunos quilombolas sobre a relevância de suas identidades culturais no contexto universitário, no curso de História da UESPI; e b) Investigar como as políticas de ações afirmativas influenciam a permanência e o desempenho dos alunos quilombolas no curso de História. Em termos metodológicos foram realizadas buscas bibliográficas e documentais, em livros, dissertações e artigos científicos, o que caracteriza a pesquisa bibliográfica. Assim, foram lidas obras de Filho (2018), Hall (2000), Gomes (2011), Barreto e Venturini (2023), Alberti (2005), Santos (2023), Silva (2022), Domingues (2007) e Almeida (2018). Esta pesquisa reforça a importância de continuar investigando e debatendo as condições de permanência de estudantes quilombolas no ensino superior. Tem-se como resultado ainda que a pesquisa revelou aspectos fundamentais da trajetória desses estudantes no ensino superior. A partir das vozes dos entrevistados, foi possível compreender tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias de resistência e superação adotadas ao longo de sua formação acadêmica.

Palavras-chave: estudantes quilombolas; experiência universitária; UESPI.

APRESENTAÇÃO

A escolha do tema ocorreu a partir de inquietações surgidas no próprio contexto universitário, durante o contato com estudantes oriundos de Comunidades Quilombolas. Através de conversas e trocas com os discentes, foi possível perceber a realidade vivida por eles enquanto remanescentes de quilombos.

A pesquisa se torna importante não apenas por sua análise, mas também por sua contribuição para uma temática ainda pouco abordada no âmbito acadêmico. Ademais, o estudo mostra-se relevante, uma vez que traz um olhar não apenas para a relação do aluno com o curso,

¹Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: lidymeneses@aluno.uespi.br

²Doutor em história pela Universidade Federal Fluminense e docente do curso de História e do PPGH da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: leandro.souza@unicap.br

mas também para uma análise sensível sobre a cultura e a luta diária por serem remanescentes quilombolas.

Nesse sentido, fazer uma análise das experiências vividas pelos egressos quilombolas é pensar na sua luta e desafios do cotidiano acadêmico, nos quais se deparam constantemente com as dificuldades impelidas pelo contexto universitário, como o racismo, a exclusão e a falta de representação. Pondera-se que o ambiente acadêmico é um espaço de múltiplas trocas de conhecimentos, ideias, saberes culturais e aprendizagem. Sobre isso, Santos, (2023, p. 16) esclarece que, “o ingresso na universidade é um processo de transição em que o indivíduo se coloca à disposição de mudança no âmbito da sua vida para adquirir novas experiências, vivências e aprendizagem”.

Os estudantes quilombolas enfrentam barreiras já no processo de ingresso na academia, tendo que lidar, principalmente, com a desigualdade racial, o que influencia de forma diretamente seu acesso. É notório que, no Brasil, a partir de meados dos anos 2000, a adoção de políticas públicas revolucionou o cenário do ensino superior no país, o que resultou em ações afirmativas. No entanto, essas ações tiveram suas primeiras iniciativas ainda na década de 1980.

Anna Venturini e Paula Barreto propõem que as ações afirmativas possuem conceito amplo. A expressão pode ser utilizada para designar “[...] diversas políticas públicas e privadas que têm por objetivo promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos civis, políticos e culturais a várias categorias sociais que são, ou foram, objeto de discriminação na sociedade” (Venturini; Barreto, 2023, p. 07).

As ações afirmativas incluem tanto políticas direcionadas ao público étnico-racial quanto às questões de gênero, religião, deficiências, condições socioeconômicas, entre outras. Desse modo, as autoras ressaltam que a Índia foi pioneira na adoção de políticas de ações afirmativas, tendo aderido a elas ainda no início do século XX. Entretanto, foi o Estados Unidos da América (EUA) que mais influenciou o Brasil na implementação desse sistema no país (Venturini; Barreto, 2023).

As ações afirmativas no Brasil tiveram seu início marcado por debates acerca das desigualdades raciais e de classe ainda na década de 1970. Essa iniciativa confrontou a ideia de “[...] ausência de distinções rígidas entre brancos e negros [...] demonstrando haver desigualdades de oportunidades educacionais e de mobilidade social com desvantagens para estes últimos, em comparação com os primeiros” (Venturini; Barreto, 2023, p. 10).

De acordo com as autoras, o processo ganhou mais repercussão em 1983, quando o deputado Abdias Nascimento apresentou, na câmara, o Projeto de Lei nº 1332/1983 (Venturini;

Barreto, 2023). Esse projeto tinha como proposta a criação de mecanismos de “[...] compensação para afro-brasileiros, tais como reserva de vagas no serviço público, introdução da história das civilizações africanas aos currículos escolares e acadêmicos” (Brasil, 1983). No entanto, o projeto foi barrado pelo Congresso Nacional, ainda assim, anos depois, tornou-se de suma importância para a criação de novas políticas de ação afirmativa, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2009, que propuseram modificações nos currículos de ensino.

Ao longo dos anos, por meio de ações afirmativas e políticas públicas voltadas para a educação e inclusão, ampliou-se o número de vagas e matrículas nas instituições públicas e federais. Além disso, foram criadas novas universidades e promovida a interiorização de instituições já existentes, expandindo o acesso ao ensino superior em diversas regiões. Essas políticas desempenharam um papel crucial na inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados, proporcionando oportunidades antes inimagináveis e promovendo uma maior diversidade no âmbito acadêmico.

Essas iniciativas aumentaram significativamente o ingresso de alunos provenientes de camadas sociais desfavorecidas, incluindo aqueles oriundos de comunidades quilombolas, indígenas e de famílias de baixa renda. Seguindo essa linha de raciocínio, as ações afirmativas desempenham um papel fundamental na democratização do acesso às universidades, promovendo a inclusão e garantindo que todos tenham a oportunidade de conquistar um espaço no ambiente acadêmico. Sobre essa questão Patrícia Pinheiro, discorre:

As cotas raciais deram a milhares de pessoas negras a oportunidade de adentrarem as universidades, lugar que por muito tempo foi negado aos negros, assim como tantos outros. É uma pequena parcela da dívida Histórica que a escravidão causou aos negros durante seus trezentos anos e o Negligenciamento de direitos que sofre a população afro-brasileira até os dias atuais, mesmo depois de mais de cem anos da falsa abolição (Pinheiro, 2015, p.37).

Diante do contexto supracitado, o presente estudo tem como título “A experiência universitária de alunos quilombolas no Brasil: um estudo de caso no curso de história da Universidade Estadual do Piauí/Oeiras (2011-2023)”, que marca o ingresso dos ex-discentes quilombolas na universidade. Assim, o estudo tem como objetivo geral analisar as experiências e dificuldades vividas pelos estudantes quilombolas egressos(as) do curso de História. A partir disso, os objetivos específicos centraram-se em: a) Explorar as percepções dos alunos quilombolas sobre a relevância de suas identidades culturais no contexto universitário, no curso de História da UESPI; e b) Investigar como as políticas de ações afirmativas influenciam a permanência e o desempenho dos alunos quilombolas no curso de História .

Outrossim, é abordado as implicações na inclusão do povo negro no ensino superior, problematizando acerca das experiências vividas pela população negra na universidade.

A pesquisa teve como base metodológica leituras em livros, dissertações e artigos científicos, o que caracteriza a pesquisa bibliográfica. Assim, foram lidas obras de Filho (2018), Hall (2000), Gomes (2011), Barreto e Venturini (2023), Alberti (2005), Santos (2023), Silva (2022), Domingues (2007) e Almeida (2018). Todos esses autores abordam conceitos relacionados ao racismo e à identidade, universidade, ações afirmativas, experiências e o movimento negro.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica é caracterizada “[...] quando elaborada a partir de material já publicado [...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa”. Destaca-se que o estudo tem como base metodológica a história oral, o que caracteriza o estudo de caso em uma universidade estadual de Oeiras-Pi.

Além de pesquisa bibliográfica, foram realizadas pesquisas documentais em leis, tais como a Lei nº 1332 (1983), que Dispõe sobre ação compensatória, visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população Brasileira. Ademais, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio.

Diante disso, após as buscas teóricas, foi efetivada a pesquisa de campo na Universidade Estadual do Piauí, no curso de Licenciatura em História, em que foi realizada a coleta de dados via entrevistas, com abordagem qualitativa. Assim, para a realização das análises das memórias e identidades orais dos(as) entrevistados(as), a investigação baseou-se nos pressupostos de Alberti (2005).

A história oral é uma ferramenta importante e que muitas vezes não está escrita (Alberti, 2005). Sobre isso, Alberti (2005, p. 25) descreve que ela permite “[...] recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos poucos esclarecidos ou nunca equivocados, experiências pessoais, expressões particulares etc”. Alberti (2005, p. 36) *apud* Pinsky (2008, p. 155), afirma que:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a Invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no

contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistadas, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido.

Nessa perspectiva, as entrevistas foram realizadas com quatro discentes egressos do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Possidonio Queiroz, pertencentes de comunidades quilombolas, auto declarados negros, tendo como recorte temporal 2011/2023. Sobre as entrevistas, três ocorreram de forma presencial e uma de forma remota pela plataforma do *Google Meet*.

O processo da entrevista foi bem planejado, de início mantive o contato prévio com os alunos egressos explicando o objetivo da pesquisa e a importância da sua contribuição, após obter o consentimento dos participantes, foi marcada a data e horário das entrevistas. Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro geral com questionamentos acerca da temática, pautadas na experiência que obtiveram no decorrer jornada universitária e perguntas sobre sua vida pessoal para historicizá-los.

As entrevistas foram realizadas em locais tranquilos onde os candidatos se sentissem a vontade para se expressar, durante o processo procurei adotar uma postura ativa e escuta, demonstrando interesse pelas experiências relatadas. No qual das três entrevistas ocorrem de forma presencial e uma de forma remota pela plataforma do Google Meet.

Durante as entrevistas foi aplicado questionário de 16 perguntas, constituída por 2 perguntas fechadas e 14 perguntas do tipo abertas. Destaca-se que o questionário estava pautado nas experiências vivenciadas pelos discentes egressos da UESPI, bem como sobre suas vidas pessoais, com o objetivo de historicizá-los. Destaca-se que dois entrevistados(as) pertencem a Comunidade Canto Fazenda Frade, um da Comunidade Queiroz e um pertencente a Comunidade Angical.

Os entrevistados manifestaram um profundo sentimento de orgulho durante sua trajetória, pois através de suas histórias inspiram muitos da sua comunidade a ir atrás dos recursos para melhorar de vida. Nessa linha as principais dificuldades encontradas durante a realização das entrevistas foram em relação ao tempo e disponibilidade, pois os mesmo trabalhavam. E por causa disso teve uma participante que desistiu. Era pra ter sido cinco entrevistados, porem uma pessoa desistiu, ficando apenas quatro egressos. Os horários e dias foram marcados de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado.

Durante a entrevista, foi perceptível que discutir aspectos de sua vida pessoal, como a renda mensal e as experiências de preconceito, gerava um silêncio notável entre os entrevistados. Havia uma hesitação em compartilhar essas informações, como se um véu de

desconforto cobrisse suas palavras. Essa relutância evidenciava a carga emocional que esses temas acarretam, refletindo um desejo de proteção diante de vivências que podem ser sentidas.

O trabalho é estruturado em três seções, a primeira seção, intitulada “Racismo estrutural no Brasil e o fortalecimento do movimento negro unificado”, realiza uma contextualização histórica sobre o racismo e as lacunas nas estruturas sociais. Além disso, aborda o fortalecimento do movimento negro, que, ao longo dos anos 2000, vem se consolidando cada vez mais, gerando impactos importantes na luta contra a violência e a desigualdade racial.

A seção segunda, intitulada “A experiência afro-brasileira no ensino superior: dos primeiros acessos a aplicação da Lei de Cotas de 2012”, apresenta uma discussão sobre a Lei de Cotas, evidenciando seu papel no processo de reparo para com as populações discriminadas. Outrossim, é abordado as implicações na inclusão do povo negro no ensino superior, problematizando acerca das experiências vividas pela população negra na universidade.

A terceira seção, intitulada “resultados e discussão”, em sua subseção denominada “Experiências e identidades quilombolas no curso de Licenciatura em História da UESPI de Oeiras-PI”, apresenta os resultados obtidos por meio de entrevistas aos egressos do curso de História da UESPI. A última seção, considerações finais, faz uma breve síntese deste estudo realizando um apanhado geral do presente estudo. Verifica-se as disposições do trabalho e o cumprimento da análise proposta, apontando novos horizontes e segmentos a serem vislumbrados.

1 O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL E O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

A estrutura racial no Brasil é marcada por um legado histórico de desigualdade e exclusão. Embora o país tenha abolido a escravidão em 1888, a ausência de políticas de reparação consolidou um sistema que mantém a população negra em condições de vulnerabilidade socioeconômica, o que apresenta disparidades de acesso à saúde, moradia, educação e oportunidade de trabalho. Assim, compreender a estrutura racial brasileira exige uma análise crítica dos mecanismos que sustentam essas desigualdades e das estratégias necessárias para superá-las.

Para Santos (2022, p. 12), ao desvendar as conjunturas do racismo e seu processo de enraizamento, percebe-se que “[...] as ações discriminatórias e violentas que ele gera são apenas

parte do problema”. A autora ainda destaca que “[...] a forma mais simples de dimensionar o que é racismo no Brasil: é grande parte daquilo que consideramos normal (Santos, 2022, p. 22)”.

Nesse sentido, o racismo permanece enraizado, manifestando-se de diversas formas e em diferentes espaços da sociedade brasileira. Por estar presente em todas as esferas sociais, torna-se um elemento estrutural na configuração das dinâmicas sociais. Segundo Almeida (2018, p. 25):

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem como fundamento e que se manifesta por meio da prática consistente ou inconsistente que culminam em desvantagem ou privilégio para o indivíduo, a depender do grupo racial ao qual pertencem.

Nessa perspectiva, percebe-se que o racismo se manifesta de diferentes formas, entre elas o preconceito racial e a discriminação racial. Sobre isso, Almeida (2018, p. 27) discorre que:

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduo que pertençam a um determinado grupo “racializado”, e que pode ou não resultar em partidas discriminatórias e a discriminação racial, é a atribuição de tratamento diferenciado a membro de grupo racialmente identificados.

Observa-se que há uma diferença nas formas de como ocorre o racismo. Santos (2022), propõe o racismo como um sistema “político integral”. Com base nos pressuposto do filósofo Charles E. Mills, a autora ressalta a necessidade de pensar o racismo a partir do que este teórico definiu como “contrato racial”. Segundo ela, esse termo pode ser entendido como “[...] uma estrutura de poder específica, definida por regras formais e informais, por privilégios socioeconômicos e pela distribuição diferenciada dos bens materiais, das oportunidades, do ônus e do bônus e, também, dos direitos e dos deveres” (2022, p. 14), ressalta ainda que essa distribuição tem como base a cor da pele das pessoas.

É nesse sentido que a autora apresenta o racismo também como um sistema de poder. Esse sistema é responsável por “[...] estruturar as sociedades modernas, organizando as violências que acometem as populações discriminadas e, ao mesmo tempo construindo uma muralha de privilégios usufruídos exclusivamente por outro segmento social, no caso, a população branca” (Santos, 2022, p. 14).

O racismo estrutural é uma forma abrangente de discriminação racial, enraizada na estrutura e nas instituições da sociedade brasileira, resultando em desigualdades sistemáticas

para indivíduos e grupos racialmente marginalizados. Trata-se de um sistema que promove a exclusão e a marginalização das pessoas negras. Conforme Almeida (2018, p. 27):

O racismo se materializa como discriminação racial-é definido pelo seu caráter sistemático. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatórios ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, econômica e das relações cotidianas.

Esse racismo é baseado na ideia de superioridade dos povos brancos em relação aos grupos minoritários, como exemplo, a branquitude. Sobre essa questão, Almeida (2018, p. 57), enfatiza que “[...] a supremacia branca pode ser definida como a dominação exercida pela pessoa branca em diversos âmbito da vida social, essa dominação resulta de sistema que pode atribuir vantagens e privilégios políticos e econômicos”

No Brasil, o racismo discorre das marcas deixadas pela escravidão e colonização, quando os colonizadores trouxeram os negros para transformá-los em escravos, e com a falsa abolição, essa população não teve direito a nenhuma indenização. A partir disso, instalou-se a exclusão das pessoas negras e, como consequência, a discriminação racial, que permanece enraizada na estrutura da sociedade brasileira, impedindo a população negra a ter acesso a direitos igualitários. Como observa Almeida (2018, p. 122):

Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas.

O racismo se manifesta em diversas áreas da vida social, e em todas elas é possível observar a existência da desigualdade racial entre a população branca e negra. A população preta é a que mais sofre com esse sistema de exclusão. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, embora represente a maior parte da população (55,8%), apenas 29,9% ocupavam cargos de gerência³. Vinuto (2023, p. 464) destaca que:

[...] que as inúmeras estatísticas que demonstram a persistência de tal desigualdade são produzidas em interação por pessoas que nem sempre percebem que estão oferecendo um tratamento diferenciado para brancos e

³ Pesquisa nacional de dados por amostra de domicílios contínua IBGE, 2018. In: *Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html> Acesso em: 08/2024.

negros, e por vezes até mesmo as próprias pessoas que sofrem tais desigualdades não as notam.

Hoje, é possível perceber que o racismo vem sendo debatido em espaços públicos que antes eram silenciados, e esse avanço ocorreu graças às lutas do movimento negro ao longo do tempo. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado (MNU) representa toda forma de resistência protagonizada pelo povo negro na busca pela igualdade racial e no combate ao racismo. O movimento atua em defesa das necessidades e interesses da população negra, promovendo a conscientização sobre os direitos do povo negro. Domingues (2007, p. 101), esclarece que o movimento negro é:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade, abrangendo em particular, os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

O fortalecimento do movimento negro se deu por meio da mobilização e organização da comunidade negra, que promoveu debates e manifestações em prol da igualdade. Nesse sentido, Domingues (2007) destaca que as primeiras manifestações voltadas à organização do movimento negro ocorreram nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, com a criação de diversos clubes, grupos e associações, como o Clube 13 de Maio dos Homens de Preto, o Centro Literário dos Homens de Cor e a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, entre outros.

Partindo dessa perspectiva, observa-se que a criação desses grupos tinha como objetivo o fortalecimento por meio da imprensa, através da circulação de jornais e revistas voltados para a população negra. Nessas publicações, eram abordados diversos temas, com o principal objetivo de discutir a vida do povo negro e promover questões relacionadas à comunidade. De acordo com Domingues (2007, p. 105):

[...] esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de segregação racial que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar determinado hotéis, clubes, cinema, teatro, restaurantes [...].

Segundo Domingues (2007), o ano de 1930 marcou um momento significativo na trajetória do movimento negro com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB). Essa organização, que se tornou fundamental em 1931, reuniu milhares de associados e tinha como

principal objetivo combater a discriminação racial enfrentada pela população negra. Entretanto, em 1936, essa mobilização ganhou novas dimensões ao se consolidar como um partido político, ampliando ainda mais seu alcance e influência na luta por direitos e igualdade.

Anos mais tarde, já na década de 1940, surgiram grupos e associações que se destacaram na luta pela valorização e pelos direitos da população negra. Entre eles, a União de Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), que se tornaram referências importantes, promovendo resistência e visibilidade para as questões raciais. Embora houvesse outros agrupamentos atuantes, esses dois se destacaram pela sua capacidade de mobilização e impacto social, contribuindo significativamente para a luta por justiça e igualdade em um contexto tão desafiador.

Durante a década de 1960, grande parte dos movimentos em prol da igualdade foi considerada ilegal devido à Ditadura Militar. Isso resultou em um cenário de repressão que deixou o movimento negro à mercê do abandono e do silêncio. No entanto, em meados da década de 1970, o movimento retomou. Domingues (2007) discorre que, em 7 de julho de 1978, o movimento ressurgiu com o início do processo de redemocratização, quando ocorreu um ato público em São Paulo contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube Regatas Tietê, o que deu origem, mais adiante, a outra entidade de resistência: o Movimento Negro Unificado (MNU). Essa data ficou reconhecida como o Dia Nacional de Combate ao Racismo.

É importante salientar que a participação dos movimentos negros foi fundamental para o surgimento de algumas políticas públicas, como as políticas de ações afirmativas. Foi graças a esse movimento, desde os primórdios de sua evolução e sua luta pelos direitos da população negra, que se tornou possível falar de uma política de inclusão social no Brasil. Nesse sentido, Lino esclarece (2018, p. 250) que:

A luta do movimento negro por ações afirmativas durante o final do Século XX e XXI, é a luta contra o racismo e pela construção da igualdade e justiça social para pessoas negras, e, portanto, uma luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser, articuladas à luta contra as desigualdades econômicas e raciais de gênero de sexualidade.

Domingues (2007) destaca que o movimento negro passou a intervir no campo educacional, com proposições baseadas na revisão de conteúdos preconceituosos nos livros didáticos, na reavaliação do papel do negro na História do Brasil e na inclusão da história afro-brasileira nos currículos escolares. Sobre essa questão, Gomes (2018, p. 257) afirma que “[...] os movimentos negros trouxeram uma proposta diferente, e que a presença negra foi essencial para o processo de descolonização dos currículos” A autora ainda destaca que:

A descolonização dos currículos é um desafio para construção da democracia e para luta antirracista, descolonizar os currículos é reconhecer que, apesar dos avanços do século XX e XXI, a colonialidade é o próprio colonialismo ainda se mantém encrustado nos currículos, no material didático, na formação dos professores e gestores (Gomes, 2018, p. 257)

De acordo com o exposto, a participação do movimento negro no campo da educação foi uma prática importante na luta contra o racismo no ensino, visando quebrar os estereótipos negativos em relação à população negra. Gomes (2017, p. 63) relata que:

Uma das pesquisadoras do movimento negro concluía que os livros didáticos estavam carregados de estereótipos negativos sobre o negro frutos da ideologia do grupo dominante. E na maioria das vezes, não tínhamos a oportunidade de escrever sua própria história.

Nesse sentido, Gomes (2017) nos alerta que só é possível descolonizar os currículos e o conhecimento se descolonizarmos o olhar sobre os sujeitos, suas experiências, seus conhecimentos e a forma como os produzem. Essa abordagem foi fundamental para combater estereótipos raciais e promover uma educação antirracista.

Nessa perspectiva, como resultado de uma longa e árdua trajetória de lutas do movimento negro contra o racismo, temos a implementação de políticas de ação afirmativa em prol da igualdade racial. Um exemplo disso é a promulgação da Lei nº 10.639/03, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Art. 1º Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes Art. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. 1.O conteúdo programático a que se refere o Caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, econômica e política pertinente a história do Brasil.

2. Os conteúdos referentes a história e Cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial na área de educação artística e de literatura e de histórias do Brasil.

3. (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário acadêmico escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (Brasil, 2003).

A Lei nº 10.639/2003 torna obrigatória a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-brasileira, propondo o estudo da África, dos africanos e da luta dos negros no Brasil, bem como da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional. Essa lei altera as diretrizes e bases da educação nacional, modificando a Lei nº 9.394, de 25 de dezembro de 1996. Trata-se de um importante passo no sentido de evidenciar o papel do negro na história da formação da sociedade brasileira, na qual participou ativamente do processo de construção social, cultural e econômico do Brasil.

Nessa perspectiva, Gomes (2017) destaca que a instauração da Lei 10.639/2003 apresenta aspectos positivos no que diz respeito à introdução de uma política educacional preocupada em pensar a diversidade cultural e as relações étnico-raciais por meio da educação escolar. A autora ainda ressalta que o início dos anos 2000 foi responsável por desencadear um movimento mais vigoroso no sentido de promover a conscientização, inclusão e igualdade racial por meio do processo educativo.

Além desse passo significativo para a população negra brasileira, a Lei nº 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas Raciais, foi responsável por garantir a presença negra nas universidades públicas. A implementação dessa lei foi resultado de articulações e manifestações realizadas pelo MNU com o objetivo de combater o racismo no Brasil.

É necessário lembrar que todas as conquistas alcançadas pelo movimento negro ao longo do tempo não foram tarefas fáceis, como afirma Domingues (2007, p. 119), “A história desse movimento não foi estaque ou linear; ao contrário, foi marcada por contradições, avanços e retrocessos em diversas ordens”. No entanto, todas essas iniciativas visaram fortalecer a identidade negra na sociedade.

2 A EXPERIÊNCIA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO SUPERIOR: DOS PRIMEIROS ACESSOS À APLICAÇÃO DA LEI DE COTAS DE 2012

A experiência do povo negro no Brasil, antes da implementação da Lei de Cotas Raciais, foi marcada pela desigualdade e pelos desafios no acesso ao ensino superior. Com a sua aplicação, houve um passo significativo para tentar resolver as injustiças históricas que afetaram uma parcela da população e para aprimorar o sistema de inclusão social no âmbito educacional. Segundo Carvalho (2018, p. 101), “O movimento de cotas é um momento de descolonização porque surgiu com a finalidade de transformar o espaço acadêmico”.

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas Raciais”, foi sancionada em 29 de agosto de 2012 e estabelece a reserva de vagas para estudantes negros, pardos e indígenas nas

instituições públicas e federais de ensino superior. Além disso, o sistema prevê um número de vagas para candidatos oriundos de escolas públicas e que vem de família com baixa renda.

Figueiredo (2019, p. 178), esclarece que “[...] Políticas de cotas têm como objetivo democratizar o acesso ao ensino superior, considerando as desigualdades sociais e educacionais presentes no país, quando se analisa o perfil racial”. É importante destacar a relevância dessa questão, pois o acesso ao ensino superior sempre foi restrito, e quem esteve majoritariamente presente nas instituições eram as camadas mais privilegiadas. As comunidades tradicionais fazem parte de uma população historicamente ligada às camadas menos favorecidas.

Em 2023, a reforma da Lei de Cotas trouxe mudanças significativas para o sistema de cotas raciais no Brasil, reafirmando o compromisso do país com a justiça social e a inclusão. Um dos aspectos mais notáveis dessa reforma foi a criação de reservas de vagas especificamente para estudantes quilombolas, reconhecendo a importância de garantir o acesso à educação superior para essas comunidades históricas e marginalizadas. Essa medida não apenas amplia as oportunidades para os jovens quilombolas, mas também enriquece o ambiente acadêmico, promovendo uma diversidade essencial para o desenvolvimento social e cultural do país.

Assim, a reforma representa um passo importante na luta por equidade e pelo reconhecimento das identidades afro-brasileiras no contexto educacional. Como aponta Braz (2021, p.03), “As cotas raciais, como parte de uma política de ações afirmativas têm sido um mecanismo que permite o acesso ao ensino superior de uma parcela historicamente excluída da população”.

Nesse sentido, o processo de implantação das cotas na universidade pública não ocorreu de forma pacífica, teve luta e muito argumento contra essa ação afirmativa institucional. No entanto, após vários debates veio sua legalidade no Brasil, Silva (2022) pondera que foi uma grande conquista para aqueles que estiveram envolvidos nessa luta pela implantação das políticas públicas reparadoras para a população negra e para toda sociedade.

No Brasil, as cotas ganharam visibilidade a partir dos anos 2000, com a implementação nas universidades. Uma das primeiras instituições a adotar o sistema de cotas raciais foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), seguida pela Universidade de Brasília (UnB). A experiência foi marcada por vários debates e polêmicas, que foram amplamente discutidos pela comunidade universitária. Sobre isso Nilza (2012, p. 80), menciona que:

O processo de implantação e implementação das cotas na maioria das Universidades públicas brasileiras vem, desde 2002, ocorrendo por Razão do movimento Nacional favorável à adoção das políticas de ações Afirmativas, com isso muitas se viram obrigados a adotar estas políticas.

Nessa perspectiva, o processo de implantação das cotas raciais no Brasil foi resultado da luta por uma política de inclusão que vinha sendo desenvolvida desde a década de 1970 pelo movimento negro e por outros intelectuais. A implementação do sistema de cotas ocorreu após um longo processo de debates nas universidades, que durou de 2002 a 2012. Desde sua implementação, o sistema tem gerado impactos importantes no âmbito universitário, como o aumento da diversidade étnico-social e as experiências de cotistas nos debates acadêmicos.

Ferraz (2012, p.147) afirma que “[...] a introdução de cotas raciais permitiu o início de uma nova época com a democratização do conhecimento e tornando as universidades menos elitista e mais capazes de lidar com as diferenças”. Nesse sentido, as cotas raciais ampliam as possibilidades dos estudantes quilombolas, indígenas, estudantes de escolas públicas, de baixa renda a ingressarem na universidade. Assim, elas foram criadas com o objetivo de corrigir as desigualdades presentes na estrutura da sociedade, sobretudo, na educação. Ainda em conformidade com Ferraz (2012, p.137), “As ações afirmativas surgiram dentro de políticas de inclusão de grupos que foram excluídos por motivo diversos na sociedade”. Sobre isso, Matos (2018, p. 357) afirma que:

Ação afirmativa é um conceito político e social que, em princípio, orienta medidas concretas produtoras de efeito prático coletivos na diminuição no limite, até a liquidação daquelas hierarquias sociais que se fundamentam em desigualdade e discriminações historicamente instituídas em sociedade que, contemporaneamente, tem nos princípios republicano da democracia, da justiça social e da cidadania os fundamentos do seu desenvolvimento.

Destaca-se que, antes da aplicação das ações afirmativas nas instituições, ocorreram processos de reformas com a criação da universidade pública no Brasil, embora, em alguns locais, esse processo tenha ocorrido de forma lenta. Nesse sentido, surgiram as primeiras escolas superiores, até que se chegasse à universidade nova. Esse novo modelo tem maior potencial para transformações e inclusão social, no qual as ações afirmativas foram introduzidas nas instituições federais e alcançaram sucesso. Sobre essa questão, Filho (2008: p.231) afirma que:

A universidade Nova defende a manutenção das políticas de ações Afirmativas, monitoramento qualquer grau de segregação ou Discriminação, mas no limite, esse modelo tem como objetivo tomar a Instituição universitária uma máquina de inclusão social pela Educação Superior.

Nessa linha, esse processo de expansão e democratização das universidades em relação ao acesso ao ensino superior foi de suma importância, pois priorizou a presença e a ampliação

da relação entre determinados grupos. Filho (2008, p.231) pondera que, “A universidade sempre foi uma instituição de formação dos eleitos nacionais”. Hoje, podemos observar que a política de cotas raciais teve um avanço no sentido do acesso e equilíbrio da população tradicional nas universidades.

Deve-se ressaltar que, nos últimos anos, as instituições têm buscado ampliar as vagas para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, com a implementação das ações afirmativas no ensino superior, é possível observar uma presença significativa de estudantes quilombolas, indígenas e negros nas universidades públicas.

Isso é importante porque a presença da população negra nas universidades sempre foi pequena. Para os candidatos que se autodeclaram quilombolas, ingressar na universidade é um desafio, pois exige lidar com as diferenças no ambiente acadêmico, para que não se sintam perdidos diante de tantas informações.

Sobre essa questão, Munanga (2001) afirma que o fator fundamental que se coloca não é a cota, mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas, ao destacar que “[...] a cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto busca outros caminhos” Munanga (2001, p.41). Nesse sentido, é necessário olhar para as políticas de ações afirmativas para estudantes, como o auxílio permanência nas universidades. Essa política é essencial para que grupos marginalizados tenham mais oportunidades de permanência no ensino superior.

Nesse sentido, “[...] uma das maiores dificuldades encontradas pelos alunos quilombolas está relacionado ao aspecto financeiro, o ensino de baixa qualidade como também sobre o racismo institucional” (Silva; Pereira; Rodrigues, 2022, p. 172). Acerca disso, Silva (2021.p.9) relata que:

Ingressar na universidade significa também afastar-se do seio familiar, pensar em buscar formas para se manter na cidade, organizar a moradia e os gastos com mantimentos, na maioria e vezes, antes de conseguir o auxílio é preciso procurar um emprego, uma atividade que gere renda para garantir a permanência.

Em relação ao espaço universitário, os estudantes quilombolas, de acordo com Silva (2022, p.180), compreendem como um lugar de luta, disputa e representação. Nesse sentido, observa-se que esses indivíduos buscam acolhimento e maior sensibilidade, por serem oriundos de comunidades quilombolas.

Santos (2023) relata que a ideia de implementação de ações afirmativas emerge do contexto de exclusão do negro/quilombola do espaço acadêmico. Compreende-se que essa

prática compensatória funciona como uma possibilidade de oportunizar o respeito à diversidade dos coletivos que vivenciam mecanismos sociais de licenciamento.

Em relação à experiência de estudantes cotistas nas universidades, muitos alunos(as) relatam não ter passado por situações extremamente constrangedoras, mas percebem que o preconceito ainda existe no ambiente universitário. Essa questão está relacionada a indivíduos que não fazem parte do contexto universitário e que, por não terem acesso às mesmas informações ou ao mesmo conhecimento das propostas, se posicionam contra, desenvolvendo, assim, certo preconceito em relação ao sistema de cotas para pessoas e estudantes negros.

Os sujeitos que praticam essa ação naturalizam essas atitudes. Nesse processo, o que mais é relatado pelos estudantes são as dificuldades e o preconceito enfrentados. De acordo com Campos (2016, p. 93), “[...] a primeira dificuldade que os alunos encontram é para se manter na capital, construindo uma rede de sociabilidade, vivendo em outro local, fora da comunidade quilombola, distante do seu modo de vida, descobrindo outra realidade”. Ainda de acordo o autor:

Observa-se que apesar da ascensão da Política de ação afirmativa nas universidades brasileiras nos Últimos quatro anos após a aprovação da Lei nº. 12.711/12, esse tipo de acesso ao Ensino superior ainda é visto apenas como um meio de ingresso de alunos das camadas Populares e historicamente excluídos (Campos, 2016. p. 93).

Nesse panorama, Neto e Costa (2021, p.67) afirmam que as experiências desses estudantes afro-brasileiros demonstram sua posição frente ao seu lugar dentro das Universidades e refazem suas trajetórias de luta e resistência de sua chegada e permanência na universidade. Em relação ao preconceito racial dentro das universidades, boa parte dos estudantes enfrenta problemas com a repressão e com o preconceito que relacionado para a sua ancestralidade, por serem de comunidades tradicionais, recebem olhares e comentários diferentes e indesejados. Acerca disso, Weller (2007, p. 153) esclarece que:

Mesmo sentindo-se “incomodada” com os apelidos recebidos na função do cabelo, Fátima parece haver desenvolvido uma Forma de relacionamento com seus colegas caracterizada pelo não Enfrentamento e tematização das hostilidades vividas enquanto Negra. Dessa forma, ameniza os apelidos recebidos dizendo tratar-Se de “brincadeiras” por parte dos colegas que ainda assim são muito legais.

A experiência da Lei de Cotas nas instituições públicas contribui para o ingresso dos candidatos em um curso de graduação. Nesse sentido, podemos observar que a experiência dos estudantes negros nas universidades é desafiadora. Mesmo diante de várias dificuldades, é

importante ressaltar a relevância da presença desses estudantes nas instituições de ensino superior, pois este é um espaço que proporciona o conhecimento necessário para que possam aplicá-lo, futuramente, em suas comunidades.

3 EXPERIÊNCIAS E IDENTIDADES QUILOMBOLAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UESPI DE OEIRAS-PI

As experiências e identidades do povo quilombola no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) do município de Oeiras/PI refletem um processo significativo de resistência e afirmação cultural no contexto acadêmico. Nesse sentido, o ingresso e a permanência de estudantes quilombolas nesse curso representam não apenas uma conquista individual, mas também um movimento de ressignificação da história e das tradições dessa comunidade dentro do espaço universitário.

A trajetória desses egressos é permeada por desafios, como o enfrentamento do preconceito racial e a superação de barreiras estruturais, mas também por conquistas, como o fortalecimento da identidade negra e a ampliação de horizontes acadêmicos e profissionais. Nesse sentido, foi questionado aos egressos: Quais experiências na universidade? Quais desafios enfrentados?

A egressa Rosilane Silva destacou que sempre estudou em escola pública, que é formada em História pela UESPI, e que atualmente não trabalha na área de formação, mas atua na área de serviço gerais na escola da comunidade canto⁴. Diante disso, a resposta apresenta elementos importantes para refletir sobre a relação entre formação, oportunidades de trabalho e identidade quilombola.

Seu percurso reflete a permanência de desigualdades estruturais, mesmo após a conquista do diploma, demonstrando que o acesso ao ensino superior, embora essencial, não garante automaticamente mobilidade social ou inserção profissional qualificada. Além disso, a análise da resposta sugere que a permanência da egressa na comunidade pode estar relacionada a um compromisso com suas raízes e identidade quilombola, reforçando a necessidade de

⁴ A Comunidade Quilombola Canto Fazenda Frade está localizada na zona rural de Oeiras/Piauí em uma distância de 24 quilômetros da cidade. A Comunidade tem sua localização em um território que pertencia a uma antiga fazenda de gado de nome FRADE, onde eram desenvolvidas atividades econômicas e exploração agrícola. Hoje tem cerca de 500 pessoas morando nessa comunidade, que mantém viva as diversas tradições culturais.

políticas públicas que ampliem oportunidades para esses grupos, tanto no ensino superior quanto no mercado de trabalho.

Segundo a entrevistada, *“Eu sempre trabalhei com questões de roça por morar no interior e trabalho pra se manter e ajudar os pais, pois eu sobrevivi praticamente do Bolsa Família”* (Rosilane, 2023). Relatou ainda que ingressou na universidade por cotas, embora não soubesse o que significava, e o conhecimento sobre o tema veio através de conversas com o primo, assim como é detalhado no trecho abaixo:

“Eu ingressei na universidade por cotas raciais, mais poderia ter entrado por ampla concorrência mais agente era de comunidade quilombola já era uma maneira de conseguir a vaga. Nesse tempo não sabia o que significava cotas e ampla concorrência então meu primo falou que iria me escrever no curso, ele perguntou qual iria querer, mas não sabia o significado, depois que entrei na universidade que fui aprofundando sobre isso. Pra mim as ações afirmativas é muito importante e fez toda diferença na minha vida, porque se não fosse essas ações não teria tido êxito na minha questão na universidade, vida” (Rosilane, 2023).

A fala de Rosilane traz aspectos fundamentais de sua experiência universitária e da política de cotas raciais, abordando: O ingresso na universidade por meio das cotas raciais, A influência de um familiar no processo de inscrição e A valorização das ações afirmativas em sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, a resposta da entrevistada revela um percurso comum entre estudantes cotista quilombolas, como a falta de informações sobre políticas afirmativas no momento do ingresso e a progressiva construção de consciência crítica ao longo da formação universitária.

O relato também evidencia o papel das redes familiares e comunitárias na tomada de decisões educacionais, indicando que muitos estudantes quilombolas dependem de orientações externas para acessar o ensino superior. Desse modo, seu discurso ilustra um exemplo concreto dos impactos positivos das ações afirmativas, tanto no acesso quanto na permanência de estudantes quilombolas na universidade.

A entrevistada, sobre os desafios que muitos estudantes quilombolas enfrentam para permanecerem na universidade, revela que:

“Para quem vinha do interior para entrada na universidade era necessário mudar pra cidade, e a pessoa quando é acostumada com interior para morar na cidade, a gente toma totalmente um xeque. Em relação as questões financeiras, bom nesse tempo eu sobrevivia de mesada, nesse tempo não tinha cartão ainda, quando passei a morar na cidade min a mãe passou a me dar mesada todos os meses para sustentação da casa, era uma mesada razoável para se manter porque não podia me dar muito. Nesse tempo nós usavam muitos PDF depôs que os professores viram como a universidade não oferecia

e viram ser um sofrimento e gatos para nós, porque todos que estudavam na turma era pessoas de baixa renda e que dependia dos pais” (Rosilane, 2023).

A egressa mencionou que teve diversas dificuldades com as disciplinas no início de sua graduação, o que faz refletir que essa experiência é muito comum, principalmente nos primeiros períodos do curso, é um momento marcado por mudanças, onde precisa se adaptar as metodologias de ensino da instituição. Sobre as principais dificuldades encontradas com as disciplinas do curso, a egressa relatou que *“ah tive, a gente sempre tem, principalmente ao longo do curso, como tudo é novidade, eu tive bastante dificuldade, mais comecei a me adaptar as formas de explicação de cada professor”* (Rosilane, 2023).

A fala de Rosilane ilustra uma experiência comum entre estudantes de grupos historicamente marginalizados: o impacto inicial das diferenças metodológicas e estruturais da universidade, seguido por um processo de adaptação e aprendizagem. A resposta revela um percurso de superação, no qual a egressa inicialmente enfrenta dificuldades, mas consegue se ajustar ao novo ambiente acadêmico. Esse processo é fundamental para a permanência estudantil e o êxito de políticas de inclusão como as cotas raciais.

A entrevistada destacou ainda que nos primeiros períodos ficou de recuperação, afirmando que *“[...] no começou do curso porque normalmente o povo diz que teoria é mais ruim, mas pra mim a Medieval foi a pior, não sei se era o professor não tava passando bem ou eu que não estava conseguindo compreender a linguagem dele”* (Rosilane, 2023). A fala da egressa reflete um aspecto comum entre estudantes universitários, especialmente aqueles oriundos de escolas públicas e beneficiados por políticas de ação afirmativa: a dificuldade inicial com a linguagem acadêmica e com disciplinas teóricas.

A resposta sugere que a adaptação ao ensino superior não depende apenas do aluno, mas também da metodologia do professor e da forma como o conhecimento é transmitido. A incerteza da estudante (*“não sei se era o professor ou eu”*) demonstra que a didática pode influenciar significativamente a percepção do aluno sobre a disciplina. Além disso, sua fala reforça a necessidade de estratégias pedagógicas que tornem as disciplinas teóricas mais acessíveis e atrativas, especialmente para estudantes que enfrentam barreiras na transição para o ensino superior. Isso pode incluir metodologias mais participativas, apoio pedagógico e reforço na leitura e interpretação de textos acadêmicos.

Diante do exposto, a entrevistada declara que devido a esses fatores:

“[...] eu pensei em desistir do começou do curso já no 2 bloco. Mas não era por questões de dificuldade nas disciplinas, mas por já ter uma certa idade e

queria ganhar meu próprio dinheiro. Mas chegava a dizer que iria desistir, aí mãe dizia vai desistir por quê? Se você desistir agora vai ter que trabalhar, não vai ficar aqui dentro de casa não, porque se pensar em desistir mais frente as coisas vão tá tudo complicado, cada dia que passar exige mais estudos. Só sei que peguei o ritmo e nunca mais parei” (Rosilane, 2023).

Sua experiência ilustra que a permanência universitária não está ligada apenas ao desempenho acadêmico, mas também a fatores socioeconômicos e emocionais. A insegurança quanto à idade e a necessidade de inserção no mercado de trabalho são barreiras que podem impactar a continuidade dos estudos.

A influência da família, representada pela fala da mãe, aparece como um elemento crucial para a decisão da estudante de seguir no curso. Esse aspecto reforça a importância do suporte familiar e comunitário para a permanência de estudantes quilombolas e de outros grupos historicamente marginalizados nas universidades.

Tendo em vista sobre a experiência vividas dentro da universidade e qual a relevância para sua vida a entrevistada relata que:

“Não vou dizer que foi bom, porque nada no começou é bom principalmente quando se trata de universidade, quando entrei na universidade eu fazia comparação, posso tá errada, mas me senti no Big Brother, porque ali quando agente entra tem várias pessoas, crenças e culturas diferentes” (Rosilane, 2023).

Sua experiência ilustra que, para muitos estudantes quilombolas e de outros grupos historicamente marginalizados, a entrada no ensino superior pode gerar um sentimento de deslocamento e insegurança. A analogia com o “*Big Brother Brasil*” sugere uma percepção de estar sendo observada e analisada em um ambiente novo e competitivo, o que pode refletir o impacto de desigualdades estruturais dentro da universidade. Esse sentimento pode estar relacionado à necessidade de afirmação pessoal e pertencimento em um espaço onde as diferenças culturais se tornam mais evidentes.

Além disso, sua menção à diversidade de crenças e culturas dentro da universidade aponta para o papel transformador da educação superior, que desafia visões de mundo pré-estabelecidas e estimula a convivência entre diferentes grupos sociais. Por fim, a fala sugere a necessidade de políticas de acolhimento e integração para estudantes cotistas e de comunidades quilombolas, garantindo que essa diversidade seja acompanhada de suporte acadêmico e emocional para reduzir possíveis barreiras na adaptação universitária.

Sobre a importância da universidade, a egressa esclarece que “*A universidade abre para sermos críticos, coisa que o ensino fundamental não tem, na universidade é onde tomamos um*

choque de realidade e vimos a importância da História da gente, estudar a própria etnia da gente” (Rosilane, 2023). O trecho destaca a importância das políticas educacionais voltadas à diversidade, incluindo a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. A experiência da estudante sugere que esse conteúdo ainda é pouco explorado no ensino fundamental, sendo aprofundado apenas no nível superior.

Foram feitos questionamentos para a entrevistada sobre uma questão bastante explorada, sobre o preconceito racial nos âmbitos universitário, a egressa Rosilane nos revelou que em nenhum momento sofreu episódios desse tipo: *“Não sofri, e se fizeram nunca percebi porque na universidade todos me trataram muito bem, era uma turma cabeça abertos nestas questões”* (Rosilane, 2023). Diante disso, percebe-se que a egressa conviveu bem com os colegas na universidade.

O ambiente Acadêmico é um lugar em que o preconceito racial é presente principalmente para população negra, e muitas vezes o racismo vivenciadas por eles se manifesta de formas sutis, com tratamentos e brincadeiras mal intencionadas, e isso, na maioria das vezes. Sobre preconceito racial, Silva (2023, P. 434) afirma que:

O preconceito racial se manifesta no entrelaçamento entre a raça e estereótipo. Esta no cotidiano das relações sociais, nos espaços públicos e privados e em instituições fundamentais como escola e igreja. O preconceito racial manifesta-se toda vez que ocorre o emprego de classificações que tem a raça como construção social, e não biológica.

A entrevistada Rosilane compartilhou que durante sua trajetória no curso de História participou de bolsa estudantil, entretanto, apenas uma única vez. Essas bolsas são auxílios que são ofertadas pela UESPI para bolsista que estão em situação de vulnerabilidade e para muitas discentes representa um suporte financeiro para permanecer no curso. No entanto, a egressa expressou sua insegurança a sua capacidade de obter o benefício, conforme o relato:

“Eu passei bastante tempo na universidade, mas não vou mentir eu sempre dizia que não iria conseguir, sempre tive o incentivo de professores, porque os professores sempre incentivam os alunos a concorrer. Mas nunca tinha tentado, aí no 5 período do curso, me inscrevi na bolsa residência pedagógica, mas só me inscrevi nessa bolsa” (Rosilane, 2023).

De acordo a análise escrita pela entrevistada, sugere-se a necessidade de políticas institucionais mais efetivas para apoiar estudantes quilombolas e cotistas desde os primeiros períodos da graduação, garantindo orientação sobre programas acadêmicos, suporte

psicopedagógico e acompanhamento mais próximo para fortalecer a autoconfiança e participação desses alunos.

Outro egresso do curso entrevistado foi o egresso Wesley, residente na cidade de Oeiras/PI, pertence a Comunidade Quilombola Queiroz⁵, se autodeclarou negro, sempre estudou em escola pública e formou-se em História pela UESPI, e recentemente é revendedor de comércio varejista.

Na narrativa, Wesley, sobre as dificuldades enfrentadas ao longo do curso, destaca que o mais difícil foi a adaptação na cidade, um lugar fora da sua comunidade, o mesmo ainda destaca que teve vontade de abandonar o curso por não está se adaptando, relatando que:

“Minha dificuldade foi em relação a adaptação, não propriamente da universidade mais da cidade, nunca tinha morado aqui. Assim pensei em desistir muitas vezes por questões relacionadas ao fato de não está conseguindo se adaptar, mais a partir do momento que fui me inserindo na atividade acadêmica fui arrumando coisa para fazer e a partir disso fui me firmando na universidade” (Wesley, 2023).

Seu posicionamento permite compreender que o suporte institucional deve ir além das salas de aula, oferecendo programas de acolhimento, apoio psicopedagógico e iniciativas que incentivem o engajamento dos alunos em atividades extracurriculares, garantindo maior adaptação e reduzindo índices de evasão. É possível notar que, ao firmar que no ambiente acadêmico, ele começou a trabalhar, se inserir em projetos, é possível observar que o mesmo encontrou-se, não apenas um lugar para desenvolver suas habilidades acadêmicas, mas um ambiente no qual poderia sentir parte de uma comunidade.

Sobre a identidade, Hall (2000, p. 38) afirma que ela já é algo realmente formado ao longo do tempo através de processos inconsistentes e não é algo inato, existente na consciência no momento de nascimento. Nessa perspectiva o autor aborda sobre as identidades culturais a qual está relacionada com aspectos culturais, raciais, étnicas que surgem de acordo com nosso pertencimento.

O entrevistado Wesley, na sua trajetória acadêmica, revela uma visão holística, de como conseguiu se sobrepôr aos desafios da disciplina no curso. Assim, o egresso, sobre as dificuldades, relata que:

⁵ A Comunidade Quilombola Queiroz pertence ao município de Oeiras/PI e está localizada a 28 quilômetros da cidade. Atualmente a comunidade possui 180 habitantes. Desenvolvem atividades culturais, danças tradicionais como, por exemplo, o Maculelê. Sua principal atividade econômica consiste na agricultura familiar.

“Não senti nenhuma dificuldade, no começo escutava bem o que os professores falavam, sem muito entender, pegava o texto e ia ler, fazia fichamento, e no dia da prova sempre conseguia obter a média, através das leituras pude me sobressair bem em relação as disciplinas” (Wesley, 2023).

Inferi-se que o estudante desenvolveu uma abordagem de aprendizado autônomo, com forte ênfase na leitura como estratégia de sucesso. Apesar de uma compreensão inicial limitada das aulas, o fichamento e a leitura compensaram essa dificuldade, evidenciando um processo ativo de construção do conhecimento. Além disso, o relato reforça a importância de métodos individuais de estudo e sugere que a leitura pode ser um fator diferencial no desempenho acadêmico. Isso se alinha a teorias sobre aprendizagem autodirigida e ao conceito de aprendizado significativo, em que o aluno conecta novas informações a conhecimentos prévios.

Foi questionado se o mesmo conseguiu acesso em algum programa de permanência na universidade, o entrevistado esclarece que *“Sim, a primeira foi a bolsa trabalho, foi um dos motivos que me fizeram permanecer na universidade”* (Wesley, 2023). Esse trecho sugere que o fator econômico desempenha um papel crucial na permanência universitária. O depoimento reforça a importância das políticas de assistência estudantil para evitar a evasão da população quilombola.

Além da participação nesse programa de bolsa permanência, o egresso também participou no decorrer de sua trajetória acadêmica de outros programas de fomento a pesquisa, a extensão e a formação inicial. Tais como, por exemplo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEU), monitoria de disciplinas e o Programa Residência Pedagógica (PRP).

Sobre ter sofrido algum episódio de discriminação na universidade, o entrevistado revelou que nunca sofreu discriminação. Sobre isso, o mesmo relata que, *“Não sofri nenhum tipo de preconceito, a UESPI era muito acolhedora e um espaço bem diversificado”* (Wesley, 2023). O posicionamento do egresso revela que a UESPI é percebida como um ambiente inclusivo e plural, sem experiências negativas de preconceito para esse estudante específico. Essa percepção reforça a relevância das políticas de diversidade dentro das universidades públicas.

Outro entrevistado, foi o egresso João Francisco, natural de Oeiras/PI, pertence a comunidade quilombola Canto Fazenda Frade, autodeclarado negro. Sempre estudou em escola pública, formou-se em História pela Universidade Estadual do Piauí. Atualmente não trabalha, mas permanece estudando, após o término do mestrado.

O entrevistado João Francisco ingressou na universidade por ampla concorrência por influência de pessoas próximas. Entretanto, ele ressaltar a importância da implementação das cotas ao afirmar que *“as cotas é muito importante principalmente para nós de cota racial”* (João Francisco, 2023). Sobre isso, o egresso acrescenta que:

“Eu ingressei na universidade pela ampla concorrência, aconselhado por um professor, porque por cotas é menos e acaba sendo, mas concorrido. Para mim as cotas são muito importantes para nós principalmente a cota racial, porque como sabemos nos Presenciamos quase 400 anos de escravidão é quando a escravidão terminou a gente de certa forma a população negra ela foi abandonada pelo estado” (João Francisco, 2023).

Nota-se na fala acima que o egresso enfatiza que ingressou pela ampla concorrência, pois nutria a crença que pelo sistema de cotas era mais concorrido. Isso afirma que muitos estudantes desconhecem sobre a Lei de cotas. O sistema de cotas é uma forma de garantir o acesso das pessoas negras marginalizados a ter direito a educação, porém muitos discentes não têm a informação correta, e nesse caso optam por caminho diferente da sua realidade.

Esse fato é resultado da falta de divulgação e informação da própria instituição de ensino. O João Francisco ao refletir sobre sua experiência na universidade enfatiza gratidão por ter vivido a oportunidade de ingressar na universidade e, principalmente, por ter cursado História. Em sua fala afirma que *“A experiência universitária para mim foi muito boa, no início tive dificuldades, mas eu sempre digo e sempre agradeço de ter entrado no curso de História”* (João Francisco, 2023). O Egresso ainda enfatiza que não era o seu objetivo, por ser um curso desvalorizado:

“Por mais que eu não queria até porque a gente quando estuda na educação básica o curso história ele é desvalorizado, é não tem essa importância eu agradeço muito porque ter entrado no Curso de história eu tive a oportunidade de fazer outros cursos depois, mas aí eu disse que não, eu a continuar com a história. O curso de história nos permite ganhar uma consciência sobre a nossa trajetória sobre a trajetória humana né e essa consciência ela nos permite refletir sobre o que fomos né, o que somos, e o que pretendemos ser né, então conhecer esse passado para mudar o Presente e projetar um futuro diferente” (João Francisco, 2023).

A experiência do estudante com o curso de História foi transformadora, levando-o a compreender a importância do conhecimento histórico para a construção da identidade individual e coletiva. O relato também aponta para desafios estruturais, como a percepção de desvalorização do curso na educação básica, mas destaca a História como um campo essencial para a reflexão e a mudança social.

Em seguida, João Francisco relatou que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos egressos foi em relação a adaptação na cidade e no momento de efetivar a matrícula pelo sistema da UESPI. Se adaptar no novo lugar com costume e interações sociais diferentes é desafiador.

“Assim minha maior dificuldade que agente é de interior, eu vim pra cá com 17 anos, eu não tinha essa vivência a minha vivência era toda no interior; eu chorava muito os finais de semana quando ninguém vinha me buscar; eu passei 2 anos com essa dificuldade de me adaptar ávida na cidade. Outra dificuldade foi em fazer a matrícula era muita burocracia, o sistema dificultava muito” (João Francisco, 2023).

O relato mostra que a experiência universitária de João Francisco foi marcada por dificuldades de adaptação à vida urbana e obstáculos burocráticos. Seu relato evidencia como estudantes do interior enfrentam desafios específicos ao ingressar no ensino superior, ressaltando a importância de políticas de inclusão e suporte para esses grupos.

O egresso revela que só teve dificuldade com as disciplinas no início do curso, porque ainda era novidade e tinha a certeza se permaneceria no curso:

Assim dificuldade eu só tive no início até porque também quando eu entrei, eu ainda não tinha decidido se eu ia ficar naquele concurso, então eu não estava muito empenhado, mas aí do meio pro fim aí eu comecei a gostar do curso e aí não tive nenhuma dificuldade. Eu pensei em desistir dele assim pelas dificuldades a gente tem hora que a gente pensa né, mas graças a Deus eu tinha e tenho uma família que é meus pais meus irmãos mais velhos sempre tive minha família estruturada sempre me ajudou permanecer. (João Francisco, 2023.)

O relato demonstra que a trajetória acadêmica do estudante foi marcada por um processo de adaptação e engajamento progressivo, no qual a família desempenhou um papel essencial na sua permanência. Ademais, que a permanência no ensino superior pode ser influenciada por fatores emocionais e sociais. Inicialmente, a falta de certeza sobre a escolha do curso e a baixa motivação dificultou o início da trajetória acadêmica. No entanto, ao longo do tempo, o estudante passou a gostar da área e conseguiu superar os desafios.

O egresso relatou em sua narrativa que sempre teve boa interação com todos no ambiente acadêmico, com alunos e com professores. O mesmo pontua que o *“único que transitava nos grupos dentro da sala”* (João Francisco, 2023).

“Sim tinha é claro que a gente tem momentos que a gente desentende com alguns Professores com alguns alunos, mas a minha relação a minha relação boa, você sabe que em universidade a sala ela é uma sala, mas ela tem as suas divisões é tem a minha Panelinha e tinha uma professora que ela até falava

que eu era o único que transitava em Todos os grupos” (João Francisco, 2023).

O trecho expressa tanto a existência de hierarquias e subdivisões dentro da sala de aula quanto uma habilidade social do falante. O fato de ser reconhecido por uma professora como alguém que circula entre grupos pode indicar um papel de mediação ou uma personalidade flexível e sociável. Além disso, o trecho revela um contexto de socialização acadêmica e possíveis conflitos naturais no ambiente universitário.

Em relação ao preconceito no ambiente acadêmico, o egresso João Francisco nos compartilhou que não teve vivenciado, segundo o mesmo *“Não sofri nenhum tipo de preconceito na universidade”* (João Francisco, 2023). A fala pode sugerir que o ambiente universitário frequentado pelo falante é percebido como inclusivo ou, por outro lado, que ele pode não ter reconhecido certas formas sutis de discriminação.

Porém, o egresso deixa claro que sofreu racismo na educação básica, *“o racismo eu presenciei mais durante a educação básica”* (João Francisco, 2023). A fala sugere que o racismo pode ser mais explícito ou recorrente nesse nível de ensino, possivelmente devido a fatores como menor conscientização sobre discriminação, formação docente insuficiente para lidar com questões raciais e o ambiente escolar mais heterogêneo.

A frase carrega uma percepção comparativa do racismo ao longo da trajetória educacional. O testemunho do falante reforça a ideia de que a educação básica pode ser um espaço onde o racismo se manifesta com mais frequência, o que levanta questões sobre políticas educacionais, formação docente e práticas institucionais voltadas para a equidade racial no ambiente escolar.

Outro entrevistado foi o egresso Sérgio Barbosa, natural de Colônia do Piauí/PI, mas pertence a comunidade quilombolas de Anjical⁶. Sempre estudou em escola pública, formado em pedagogia e História pela Universidade Estadual do Piauí. trabalha no cargo de agente comunitário de Saúde.

O egresso ingressou na universidade por cotas raciais e, segundo ele é muito importante porque é uma reparação histórica, uma injustiça social com a população negra, as cotas possibilitam a diminuição da exclusão social através da educação. Sérgio, sobre sua experiência no espaço acadêmico pondera que *“Foi muito boa, e trouxe um impacto positivo na minha vida*

⁶ A Comunidade Quilombola Angical pertence ao município de Colônia do Piauí que está a 22 Quilômetros de Oeiras-PI. O Quilombo Angical se localiza a 10 Quilômetros da cidade. Desenvolvem especialmente atividades agrícolas.

porque além de conseguir um emprego você conseguir se posicionar criticamente na sociedade, principalmente sobre os abusos que existia com a nossa população” (Sérgio, 2024).

A experiência mencionada (provavelmente a educação ou uma formação específica) teve um impacto positivo não apenas no aspecto econômico (empregabilidade), mas também no desenvolvimento da autonomia intelectual e social. A menção aos “[...] abusos que existia com a nossa população [...]” sugere uma visão crítica sobre desigualdades estruturais e pode estar associada a questões raciais, sociais ou de classe.

No que se refere as dificuldades enfrentadas no decorrer do curso, o egresso menciona que *“No curso de História não tive muita dificuldade, e a única dificuldade foi na época de pandemia, pois não conseguia me adaptar ao ensino remoto”* (Sérgio, 2024). Com relação às disciplinas, citou-se que *“não tive nenhuma, pois sempre gostei de História”* (Sérgio, 2024).

De acordo com sua fala, nota-se que as dificuldades ao longo do curso foram relativamente poucas, pois sempre nutriu uma paixão pelo estudo da História. No entanto, compartilhou que a única barreira significativa que enfrentou foi no período da pandemia de COVID-19, no Ensino Remoto Emergencial (ERE). Sérgio nos relatou que sempre teve boas relações com todos da universidade, afirmando que: *“sim conseguia me relacionar bem com alunos e professores não tive nenhum problema sobre isso”* (Sérgio, 2024).

Diante disso, assim como os demais egressos, Sérgio destaca bom convívio com os demais discentes e docentes da universidade, posicionamento este muito comum na fala dos entrevistados. No que diz respeito ao preconceito racial no âmbito universitário, o egresso revelou que *“não sofreu nenhum tipo de preconceito”* (Sérgio, 2024), um posicionamento comum entre todos os entrevistados.

Pode-se constatar, em síntese, que a experiência universitária dos entrevistados foi descrita como calma e respeitosa, mesmo diante dos desafios enfrentados por cada um deles. No entanto, a entrevistada Rosilane se destacou por ter vivenciado dificuldades mais intensas ao longo de sua trajetória acadêmica. Isso levou a questionar: o que teria contribuído para essa diferença? Será que os demais realmente não enfrentaram obstáculos em suas disciplinas, ou talvez não quisessem parecer menos capazes?

Essas questões são fundamentais para refletirmos sobre as singularidades de cada trajetória. Apesar da maioria dos discentes entrevistados, nesse recorte, terem declarado que não sofreram nenhum episódio de preconceito racial. As universidades, por ser um espaço plural, são recorrentes os ataques racistas, mesmo que os entrevistados não tenham vivenciado

diretamente, diante disso, é necessário enfatizar a importância de uma educação antirracista no ensino superior.

Embora a maioria dos discentes entrevistados neste recorte tenha declarado não ter sofrido episódios de preconceito racial, é inegável que essa realidade persiste. O ingresso dos alunos por meio das cotas é um passo significativo na construção de uma educação antirracista; no entanto, ainda há resquícios de preconceito que permeiam o ambiente acadêmico. Muitas vezes, esse preconceito se manifesta de forma sutil, levando ao silenciamento em torno do tema.

Os entrevistados podem, sim, ter enfrentado experiências desagradáveis que não conseguiram identificar como preconceito. É importante reconhecer que a universidade, embora um espaço de aprendizado e crescimento, também é palco de racismo. Assim, enfatizo que esses alunos podem ter sofrido em silêncio, seja por vergonha, medo de serem mal interpretados ou pela escolha de se resguardar emocionalmente diante do sofrimento causado pelo preconceito.

O racismo frequentemente se manifesta de formas sutis e veladas. Ele se esconde em brincadeiras sem graça, na exclusão de grupos e no tratamento diferenciado, que muitas vezes passa despercebido. Essa invisibilidade torna ainda mais desafiador para as vítimas reconhecerem que sofreram um episódio racista. A falta de conhecimento sobre essas nuances pode fazer com que muitos não percebam a gravidade das situações vivenciadas..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre a experiência universitária de alunos(as) quilombolas no curso de História da Universidade Estadual do Piauí, campus Oeiras, entre 2011 e 2023, revelou aspectos fundamentais da trajetória desses estudantes no ensino superior. A partir das vozes dos entrevistados, foi possível compreender tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias de resistência e superação adotadas ao longo de sua formação acadêmica.

Os relatos demonstraram que, apesar dos avanços institucionais voltados para a inclusão de estudantes quilombolas, ainda há barreiras significativas a serem superadas. Dificuldades financeiras, a adaptação ao ambiente universitário, a falta de políticas de permanência adequadas e o enfrentamento ao racismo estrutural são elementos que marcaram a experiência desses alunos. Ao mesmo tempo, a universidade foi percebida como um espaço de transformação social, permitindo não apenas a formação profissional, mas também o fortalecimento da identidade quilombola e a ampliação da consciência crítica.

No entanto, uma reflexão crítica se faz necessária: até que ponto a universidade tem sido verdadeiramente inclusiva? A presença de alunos quilombolas no ensino superior não pode ser

vista apenas como um indicador de democratização do acesso, mas também deve ser acompanhada de um suporte efetivo para garantir sua permanência e êxito acadêmico. As dificuldades relatadas evidenciam que a equidade ainda não foi plenamente alcançada, tornando urgente a ampliação de políticas públicas voltadas a esse público, como assistência estudantil, suporte pedagógico e maior representatividade dentro das instituições.

Após análise cuidadosa, concluímos que não conseguimos identificar episódios explícitos de discriminação racial nas falas dos entrevistados. Contudo, como pesquisadora, afirmo que o preconceito racial é uma realidade palpável e persistente. Muitas vezes, os indivíduos optam por não relatar suas experiências, seja por medo de serem mal interpretados ou por se sentirem vulneráveis em relação aos seus colegas. Ademais, a dificuldade em reconhecer o racismo velado nas universidades se torna um dos principais desafios enfrentados pelos alunos. Essa dinâmica gera um silenciamento profundo, onde as vozes que deveriam ecoar em busca de justiça e igualdade ficam abafadas pelo temor e pela falta de identificação do problema.

Por fim, esta pesquisa reforça a importância de continuar investigando e debatendo as condições de permanência de estudantes quilombolas no ensino superior. Mais do que números, esses alunos carregam consigo histórias de resistência e luta por direitos que precisam ser reconhecidas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento. 2018.

BARRETO, P.; VENTURINI, A. C. Ação Afirmativa. In: RATTI, Alex; RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos. (org.). **Dicionário das Relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 8-18.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1332/1983**. Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população Brasileira. Brasília, 1983.

BRAZ, E. A.; SILVA, D. L.; RIBEIRO, E. M. As ações afirmativas e o acesso dos quilombolas à educação superior. **Eccos Revista científica**, São Paulo, v. 58, n. 58, p.1-17, jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17335>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CAMPOS, L. R. **Do Quilombo à universidade**: trajetórias, relatos, Representações e desafios de estudantes quilombolas Da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à Permanência. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma Refundação étnica, Racial e epistêmica das Universidades brasileiras. In: COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R.; TORRES, N. M. (org.). **Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 90-120.

DOMINGUES, J. P. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos Históricos. São Paulo: [S. n.], 2007.

FERRAZ, M. Ações afirmativas na Unifesp. In: SANTOS, J. (org.). **Cotas nas universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAD, 2012. p. 137-147.

FIGUEIREDO, O. V. A. Acesso de indígenas e quilombolas na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. **Cadernos do Lepaarq**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 176-191, Jan./Jun. 2019.

FILHO, N. A. **Universidade Nova no Brasil**. Coimbra: [S. n.], 2008.

GOMES, N. L. **Educação, relações Étnico-Raciais e a Lei 10639/03**. A cor da Cultura, 2011. Disponível em: <https://www-geledes-org-br.cdn>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOMES, N. L. O movimento negro e a intelectualidade Negra descolonizando. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 247-275.

HALL, S. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 103-133.

MATOS, W. R. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações Afirmativas na Universidade. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.356-378.

MUNANGA, k. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, Goiás, v. 4, n. 2, p.31-43, dez. 2001.

NETO, M.; COSTA, k. G. Trajetórias socioespacial dos estudantes cotistas quilombolas na universidade federal do Tocantins campus de Araguaína. **Revista do ABPN**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 59-75, out. 2021.

PINHEIRO, P. **Acesso e permanência de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema**: reflexões autobiográficas. Miracema: [S. n.], 2015.

PRODANOV, P. C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

RATTS, A.; RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos. (org.). **Dicionário das Relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SANTOS, E. B. **Do quilombo ao ensino superior**: as experiências de universitários/as pertencentes à Comunidade remanescente quilombola “os rufinos” de Pombal. Cajazeira: [S. n.], 2023.

SANTOS, Y. L. dos. **Racismo Brasileiro**: uma história da formação do país. Rio de Janeiro: Todavia, 2022.

SILVA, A. R.; PEREIRA, D. F.; RODRIGUES, T. “Insurgências quilombolas” dos brancos escolares as universidades públicas brasileiras: o caso da comunidade quilombola a fazenda cardeal II (Bahia). **Revista Novos Olhares Sociais**, Bahia, v. 5, n.1, p. 156-180, 2022.

SILVA, L. S. Preconceito Racial. In: RATTS, A.; RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SILVA, M. As cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina e a Proporcionalidade: o impacto de uma particularidade. In: SANTOS, J. (org.). **Cotas nas universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAD, 2012. p. 77-97.

SILVA, P. C.; VIEIRA, A. C.; SANTOS, T. V. trajetória de um grupo de estudantes quilombolas na UFVJM. **Revista Vozes dos vales**, Minas Gerais, v. 1, n. 19, p. 1-12, 2021.

VINUTO, J. Racismo institucional. In: RATTS, A.; RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos. **Dicionário das Relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

WELLER, W. Diferenças e desigualdades na Universidade de Brasília: experiências de jovens negras e suas visões sobre o sistema de cotas. **Política & Sociedade**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 138-158, out. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1264/1205>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FONTES

JOÃO FRANCISCO. Entrevista concedida à Lidy Francy Martins de Meneses. Oeiras Piauí, 11 de novembro 2023.

ROSILANE. Entrevista concedida à Lidy Francy Martins de Meneses. Oeiras Piauí, 7 de setembro de 2023.

SÉRGIO. Entrevista concedida à Lidy Francy Martins de Meneses. Oeiras Piauí, 18 de maio 2024.

WESLEY. Entrevista concedida à Lidy Francy Martins de Meneses. Oeiras Piauí, 25 de setembro 2023.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____ autodeclaração: _____

Sexo: _____ Idade: _____

Instituição que estudou: _____

Curso escolhido: _____

Ano de ingresso: _____ período: _____

1. Sempre estudou em escola pública?
2. Você trabalha? Em Que?
3. Quais são os tipos de atividades desenvolvida por você e sua família? Qual sua renda mensal de sua família?
4. Quais são dificuldades econômicas enfrentadas
5. Qual comunidade quilombolas pertence? Onde reside ?
6. Quais preconceito sociais ou raciais enfrentados durante o cotidiano?

2. EXPERIÊNCIA UNIVERSITARIA:

7. Ingresso por cota ou ampla concorrência? Se sim o que representa para você?
8. O que foi a experiência universitária para você?
9. O que achou da universidade? E qual sua importância na sua vida
10. Quais foram as dificuldades quando ingressou no curso?
11. Sentiu alguma dificuldade com as disciplinas do curso?
12. Tinham boa interação com os colegas e professores?
13. Foram beneficiados c alguma bolsa estudantil?
14. Como avalia as políticas de ações afirmativas na universidade?

15. No ambiente Acadêmico sofreu algum tipo de preconceito racial ou social por parte dos colegas?
16. Que sugestão você daria para melhorar as relações étnico-social na universidade?